

**Município da Madalena**

ATA

DA

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA

CÂMARA MUNICIPAL DA MADALENA

Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal**Data:** 11-01-2016**Iniciada às 10.00 e aprovada em minuta a 11-01-2016**

A reunião iniciou-se com a presença de:-----

Presidente: José António Marcos Soares-----**Vice-Presidente:** Marco José Freitas da Costa -----**Vereadores:** Miguel António Moniz Costa-----

Ângela Maria da Silva Oliveira Garcia-----

Catarina Isabel Gaspar Manito-----

Estiveram ainda presentes, o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, o Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico, Manuel Sançana, que apresentaram ao executivo camarário, para deliberação, os assuntos que no âmbito dos seus departamentos necessitavam de deliberação camarária, e que nos termos da legislação, ao efeito aplicável, cumpriram todos os formalismos legais para que a Câmara, sobre os mesmos, pudesse decidir.-----

A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal da Madalena, José António Marcos Soares e secretariada pela assistente técnica, Ana Feliciano.-----

O Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----**I – Proposta de assuntos a incluir no Período de Antes da Ordem do Dia – Para deliberação;**-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, introduzir os pontos no período de antes da ordem do dia.-----

II – Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico:-----**I – Projeto de Arquitetura:**-----**I – Emília Maria de Melo Ribeiro Ferro – Processo n.º 060/2016 – Para deliberação;**-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico, Manuel Sançana, a informação n.º 009/2015, de 07 de janeiro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

2/3

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: "A requerente, na qualidade de proprietária, pretende proceder à ampliação e alteração de uma moradia sita à Rua Dr. Freitas Pimentel, Madalena, para criação de um estabelecimento de Alojamento Local, composto por 5 apartamentos (3 T1 e 2 T2).-----

A pretensão respeita os parâmetros urbanísticos do Espaço Urbano da Madalena/Criação Velha.-----

É apresentada justificação dos motivos que justificam o incumprimento das normas técnicas constantes do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, para efeitos do n.º 2 do artigo 10.º. A justificação apresentada pelo autor do projecto é a seguinte, onde é mencionada a antiguidade do edifício, bem como o facto de para fazer cumprir todas as disposições do diploma em causa, seria necessário reduzir o número de alojamentos, tornando a intervenção economicamente não rentável.-----

Em face desta justificação, considera-se de aceitar a mesma, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do referido diploma legal, pois julga-se suficientemente demonstrado que o cumprimento integral das normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, exigiria obras desproporcionadamente difíceis, requerendo a aplicação de meios económico-financeiros desproporcionados ou não disponíveis, devendo a justificação apresentada ser publicitada na página internet do Município, em cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 10.º.-----

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, com aceitação da justificação do não cumprimento integral das normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, constantes do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto.-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido-----

Não havendo mais nada a acrescentar ao período antes da Ordem do Dia, o Presidente da Câmara Municipal da Madalena, deu o mesmo por encerrado, dando início ao período da Ordem do dia, em cumprimento do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

ORDEM DO DIA

I – Divisão Administrativa e Financeira:

1 - Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal da Madalena realizada a 28 de dezembro de 2015 - Para deliberação.-----

2 - Informação dos responsáveis de cumprimento das deliberações da reunião de 28 de dezembro de 2015 - Para conhecimento.-----

3 - Resumo Diário da Tesouraria - Para conhecimento.-----

4 - CELLA BAR, Lda - Prolongamento de horário de funcionamento pontual para o dia 31 de dezembro de 2015 até às 04h00 - Para ratificação.-----

5 - Proposta - Reuniões do executivo camarário para o ano de 2016 - Para deliberação.-----

**Município da Madalena**

- 6 - Proposta de constituição de Fundo de Maneio para 2016 - Para deliberação.-----
7 - Débito ao Tesoureiro - Para deliberação.-----
8 - Biblioteca Municipal - Doação de livros - Para deliberação.-----
9 - Proposta de Regulamento de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais - Aprovação definitiva - Para deliberação.-----
10 - Contração de empréstimo a curto prazo, na modalidade de conta corrente, no montante de 1.000.000,00€ - Proposta de adjudicação.-----

II Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico-----**1 - Projectos de Arquitectura:-----**

- 1 - Melo's Place - Local Accommodation, Unipessoal Lda - Processo n.º 064/2015 - Para Ratificação;-----

2 - Caducidade da Aprovação do Projecto de Arquitectura:-----

- 1 - Marisa Alexandra Jorge Rodrigues Costa - Processo n.º 010/2014 - Para Deliberação;-----

3 - Caducidade do Licenciamento:-----

- 1 - Junta de Freguesia de Candelária - Processo n.º 103/2004 - Para Deliberação;-----

I - Divisão Administrativa e Financeira:-----**1 - Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal da Madalena realizada a 28 de dezembro de 2015 - Para deliberação.-----**

Foi dispensada a leitura da ata da Reunião anterior, a qual, foi previamente distribuída aos Membros do Executivo.-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a ata.-----

2 - Informação dos responsáveis de cumprimento das deliberações da reunião de 28 de dezembro de 2015 - Para conhecimento.-----

O executivo foi informado, pelos Chefes de Divisão, do cumprimento das deliberações da última reunião camarária, em conformidade com o identificado nos documentos remetidos à Presidência para integrarem a ordem do dia da reunião camarária.-----

Deliberação: Tomado conhecimento.-----

3 - Resumo Diário da Tesouraria - Para conhecimento.-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, o resumo diário da tesouraria referente ao dia 08 de janeiro do corrente ano, no valor de 72.215,86€ (Setenta e dois mil duzentos e quinze euros e oitenta e seis centimos).-----

Deliberação: Tomado conhecimento.-----

4 - CELLA BAR, Lda - Prolongamento de horário de funcionamento pontual para o dia 31 de dezembro de 2015 até às 04h00 - Para ratificação.-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, a informação n.º 099/2015, de 29 de dezembro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente

reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: "Considerando o requerimento apresentado pelo explorador do estabelecimento supra identificado, sito na freguesia de Madalena, Concelho da Madalena, solicitando o prolongamento de horário de funcionamento do estabelecimento até às 04:00h, no dia 31 de dezembro do corrente ano, por motivos de festejos da "Noite de Passagem de Ano", informa-se que, nos termos do art. 13º do Regulamento de Horários de Funcionamento, o qual versa sobre "Alargamento e restrição de Horários", a competência de alargamento de horário poderá ser exercida pela Câmara Municipal, em épocas festivas tradicionais, designadamente na quadra natalícia, na Páscoa e festas populares ou do município. Tal competência também poderá ser exercida a requerimento dos interessados, devidamente fundamentado, desde que se observem cumulativamente os seguintes requisitos:-----

a) Situaem-se os estabelecimentos em locais em que os interesses de atividades profissionais ligadas ao turismo o justifiquem;-----

b) Não desrespeitem a segurança, a tranquilidade e o repouso dos munícipes residentes na área onde se situa o estabelecimento;-----

c) Não desrespeitem as características sócio-culturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.-----

Salienta-se no entanto, que foi deliberado por unanimidade, em reunião ordinário do Executivo Camarário de 22 de outubro de 2013, "autorizar, para o concelho da Madalena, a emissão de Licença Especial de Ruído até às 02h00 e autorizar o Prolongamento de Horário em dias festivos e dias de aniversário dos estabelecimentos."-----

Em virtude dos eventos se realizarem antes da próxima reunião do executivo, deverá aplicar-se o art. 35º, nº 3 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro que estatui que: "Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivos de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade".-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho de deferimento do Senhor Vice-Presidente.-----

5 - Proposta - Reuniões do executivo camarário para o ano de 2016 - Para deliberação.-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, o registo n.º 22, de 06 de janeiro de 2016, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: "**PROPOSTA**-----

REUNIÕES DO EXECUTIVO CAMARÁRIO PARA O ANO DE 2016-----

**Município da Madalena**

De acordo com o estipulado no artigo n.º40º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, proponho que as reuniões camarárias do ano de 2016, tenham lugar pelas 10H00, na sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho nos meses e dias abaixo transcritos:-----

Janeiro – 25;-----

Fevereiro – 05 e 22;-----

Março – 07 e 21;-----

Abril – 04 e 18;-----

Maio – 02, 13 e 30;-----

Junho – 15 e 27;-----

Julho – 11 e 20;-----

Agosto – 08 e 22;-----

Setembro – 05 e 19;-----

Outubro – 03, 17 e 31;-----

Novembro – 14 e 28;-----

Dezembro – 12 e 23.-----

Nos termos do n.º2 do artigo n.º 49.º da n.º 75/2013 de 12 de setembro, bem como do n.º1 do artigo n.º15 do regimento da Câmara Municipal, a última reunião de cada mês é pública.-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Reuniões do executivo camarário para 2016.-----

6 - Proposta de constituição de Fundo de Maneio para 2016 - Para deliberação.-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, a informação n.º 001, de 05 de janeiro de 2016, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: "Com base na informação supramencionada e ora transcrita: "Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, ponto 2.9.10.1.11, bem como, no Regulamento de Fundo de Maneio, desta edilidade, proponho que seja constituído um fundo de maneio, no valor de 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros) mensais, para o ano de 2016, para ocorrer ao abono antecipado de pagamentos de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, por conta das seguintes dotações orçamentais e orgânicas:

0102/020108	Material de escritório	€ 50,00;-----
0102/020209	Comunicações	€ 50,00;-----
0102/020210	Transportes	€ 50,00;-----
0102/020121	Outros Bens.....	€ 200,00;-----
0102/020225	Outros Serviços	€ 100,00;-----

Em conformidade com o art.º 51 do Sistema de Controlo Interno desta edilidade, é responsável pelo manuseamento do Fundo de Maneio, o Chefe de Divisão, Fernando António Correia Prata Evangelho e no seu impedimento a Coordenadora Técnica, Maria da Conceição Garcia Goulart Jorge, ou seu substituto legal.-----

Proceder-se-á mensalmente, no decurso da primeira semana, à reconstituição do fundo de maneio, contra a entrega dos documentos justificativos das despesas na Secção de Contabilidade e Património, em conformidade com o art. 6.º do Regulamento de Fundo de Maneio.-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de constituição de Fundo de Maneio para 2016.-----

7 - Débito ao Tesoureiro - Para deliberação.-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, a informação n.º 004/2015, de 06 de janeiro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: "Com base na informação supramencionada e ora transcrita: " Consideranto o disposto na segunda parte do ponto 2.6.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo DL N.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro que refere: "As receitas são cobradas virtualmente se os respetivos documentos de cobrança forem debitados ao tesoureiro por deliberação do órgão executivo".-----

Propõem-se o executivo delibere autorizar o débito ao tesoureiro para o corrente ano de 2016, de todos os documentos de cobrança considerados em dívida."-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o débito ao tesoureiro para o corrente ano de 2016, de todos os documentos de cobrança considerados em dívida.-----

8 - Biblioteca Municipal - Doação de livros - Para deliberação.-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, a informação n.º38 de 30 de dezembro, da Técnica Superior, Fernanda Medeiros, documento que por ser extenso se encontra reproduzido nos documentos anexos a esta reunião, para os devidos e legais efeitos, tendo sido ainda previamente distribuído aos membros do executivo camarário, para que sobre este assunto pudessem deliberar.-----

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade, aceitar a doação de livros.-----

9 - Proposta de Regulamento de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais -----

Aprovação definitiva - Para deliberação.-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, a informação n.º 004/2016, de 06 de janeiro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente

**Município da Madalena**

reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: "Face ao decurso do prazo de Inquérito Público, por 30 dias úteis, sem que se tenham verificado quaisquer comentários e/ou sugestões ao regulamento acima melhor identificado, encontra-se o mesmo em condições de ser aprovada pela Câmara Municipal, e remetida à Assembleia Municipal para a sua aprovação, em definitivo, atendendo à competência deliberativa para aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município, tudo nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do CPA."-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter, para a sua aprovação, em definitivo, pela Assembleia Municipal, com base na respetiva competência deliberativa para aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município, tudo nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do CPA.-----

10 - Contração de empréstimo a curto prazo, na modalidade de conta corrente, no montante de 1.000.000,00€ - Proposta de adjudicação.-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Fernando Evangelho, a informação n.º 003/2016, de 05 de janeiro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: "Considerando o procedimento para a contratação de um empréstimo a curto prazo, na modalidade de conta corrente de 1.000.000,00€, cumpre-me informar que;-----

O presente processo de contratação de empréstimo foi iniciado por deliberação camarária de 5 de outubro de 2015 e autorizado em sessão da assembleia municipal de 3 de novembro de 2015, em conformidade com o estabelecido na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), conjugado com o n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais);-----

Considerando a análise das propostas apresentadas, cujo teor se dá nesta sede, por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos;-----

Propõem-se a adjudicação da contratação do empréstimo de 1.000.000,00€ à entidade bancária: Santander Totta, S.A., que apresenta uma taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses, com *spread* de 1,17%."-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por maioria com duas abstenções, adjudicar a contratação do empréstimo de 1.000.000,00€ à entidade bancária: Santander Totta, SA, que apresenta uma taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses com *spread* de 1,17%.-----

Abstiveram-se os Vereadores Miguel Costa e Angela Garcia.-----

II Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico-----

1 - Projetos de Arquitetura:-----

1 – Melo's Place – Local Accommodation, Unipessoal Lda – Processo n.º 064/2015 – Para Ratificação;-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico, Manuel Sançana, a informação n.º 1043/2015, de 30 de dezembro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: "A requerente, na qualidade de comodataria, pretende proceder à alteração e ampliação de um edifício sito à Cruz das Almas, São Mateus, Bandeiras.-----

A pretensão respeita os parâmetros urbanísticos do Espaço Urbano de São Mateus.-----

Assim, face ao exposto, emite-se parecer favorável, propondo-se o deferimento do pedido, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro".-----

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho de deferimento do Sr. Presidente..

2 – Caducidade da Aprovação do Projecto de Arquitectura:-----

1 – Marisa Alexandra Jorge Rodrigues Costa – Processo n.º 010/2014 – Para Deliberação;-----

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico, Manuel Sançana, a informação n.º 1027/2015, de 28 de dezembro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.-----

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: "Através do ofício com registo de saída n.º 3223/2014 de 2014/05/27, foi comunicado à interessada a aprovação do Projecto de Arquitectura e a necessidade de apresentar os Projectos de Especialidades no prazo de 6 meses, sob pena de caducidade da aprovação e arquivamento oficioso do processo, terminando o referido prazo em 2014/12/12, sendo que entretanto foi prorrogado pelo prazo máximo legal até 2015/03/12.-----

Ora, desde tal data até ao presente momento, a interessada nunca procedeu à referida apresentação, pelo que nos termos do n.º 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, pode declarar-se a caducidade e proceder ao arquivamento do processo, após audiência prévia da interessada.-----

Para o efeito, foi o requerente instada a pronunciar-se no prazo de 10 dias úteis sobre o acima exposto, através do ofício com registo n.º 4999, de 2015/11/04, sem que o tenha efectuado.-----

Assim, face ao cima exposto, propõe-se que seja declarada a caducidade da aprovação do Projecto de Arquitectura, e arquivamento oficioso do processo, por aplicação do disposto no n.º 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro.---

**Município da Madalena**

Ausentou-se da sala o Vice-Presidente Marco Costa, não votando neste assunto por impedimento legal.

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade da aprovação do Projeto de Arquitetura, e arquivamento oficioso do processo.

3 – Caducidade do Licenciamento:**1 – Junta de Freguesia de Candelária – Processo n.º 103/2004 – Para Deliberação:**

Foi apresentado ao executivo, pelo Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento e Urbanístico, Manuel Sançana, a informação n.º 1030/2015, de 30 de dezembro, documento que aqui se anexa, e que se dá por integralmente reproduzido, para os devidos e legais efeitos.

Com base na informação supramencionada e ora transcrita: "Tendo-se constatado, que a licença de construção titulada pelo alvará n.º 62/2005 caducou a partir de 12 de Agosto de 2006, por força do disposto no artigo 71.º, n.º 3, alínea d) do Decreto-Lei n.º 555/99 de, 16 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, sem que tenha sido solicitada a corresponde autorização de utilização, deverá a Câmara Municipal declarar expressamente a caducidade dessa licença, sempre mediante audiência prévia do interessado, conforme o disposto no n.º 5 do artigo 71.º daquele diploma.

No entanto, uma vez que a obra acabaria por ser executada pela Câmara Municipal, ao abrigo de um contrato ARAAL de cooperação, julga-se não ser necessária a referida audiência, por desnecessária.

Assim, propõe-se que seja declarada a caducidade da licença, por aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro.

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade da licença.

Iniciada às 10.00 e encerrada às 10.15

Aprovada 11-01-2016 em minuta e publicada através do Edital n.º 2.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada esta reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e eu *Ana Maria Feliciano* redigi e subscrevi, ficando os responsáveis dos serviços encarregues de dar imediata execução às deliberações tomadas no respeitante aos seus departamentos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

José António Marcos Soares
José António Marcos Soares